

# RELATÓRIO DE COMUNICAÇÃO DE ENGAJAMENTO – COE

**PACTO GLOBAL**

Período 11/2021 - 11/2023



**JUSTIÇA FEDERAL**  
Seção Judiciária do Paraná

# CARTA DA DIRETORA DO FORO

A Justiça Federal - Seção Judiciária do Paraná tem a honra de reafirmar a parceria com o Pacto Global da ONU, ratificando o compromisso público assumido em 2019 de apoiar os Dez Princípios do Pacto Global, juntamente com outros órgãos públicos e empresas privadas, nacionais e estrangeiras, para perseguir objetivos de sustentabilidade e boas atitudes relacionados aos direitos humanos, do trabalho, proteção do meio ambiente e combate à corrupção, expressando oficialmente a intenção de apoiar, difundir e realizar ações em prol dos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS.

Hoje a JFPR tem a honra de estar entre as 46 organizações brasileiras do setor público participantes do Pacto Global e nesta Comunicação de Engajamento registram-se ações que apoiaram o Pacto Global, promovendo a realização de práticas de crescimento sustentável corroborados com a missão da Justiça Federal de “garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva”, num esforço individual e colaborativo envolvendo magistrados, servidores e colaboradores.



Assim, após quatro anos de nossa adesão ao Pacto Global, por meio do envio deste Comunicado de Engajamento, renovo nosso compromisso com as Organização das Nações Unidas, tornando público, ainda, o engajamento de nossa instituição para o cumprimento da Agenda 2030 e dos 10 Princípios do Pacto Global, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável.

**Luciana da Veiga Oliveira**

Juíza Federal Diretora do Foro da Justiça Federal Seção Judiciária do Paraná

# HISTÓRICO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ

A Justiça Federal brasileira nasceu, oficialmente, com a Proclamação da República, em 1889. No Estado do Paraná, os juízes federais foram precedidos pelos juízes de direito dos feitos da Fazenda da Província do Paraná ou por juízes municipais, que atuavam em todas as causas judiciais, independentemente da matéria. Em 1890, o Poder Judiciário Nacional passou a ser constituído pela Justiça Federal e pelos juízes de direito e Tribunais dos estados e a instituição pôde contar, finalmente, com um quadro próprio de magistrados.

A partir disso, começa a primeira fase da Justiça Federal no Paraná, durante os anos de 1891 a 1937. Relatos apontam que nessa época a instituição não dispunha de sede própria e as sessões ocorriam em outros órgãos públicos existentes, como em Câmaras ou Intendências Municipais ou até mesmo na própria residência dos magistrados.



A Constituição de 1937 extinguiu a Justiça Federal no país. Apenas em 1965 a instituição voltou a ter previsão constitucional. Com a aprovação da Lei nº 5010/1966 estabeleceu-se cinco Regiões Judiciárias e duas Varas Federais na capital de cada Estado.

Assim, teve início a segunda fase da Justiça Federal no Paraná que perdura até os dias atuais. A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 106 a 110, reestruturou a Justiça Federal, com a criação de cinco Tribunais Regionais Federais e do Superior Tribunal de Justiça, sendo a 6ª Região criada, recentemente, com a Lei nº 14.226/2021.

Em 1969 foi instalada a Seção Judiciária do Paraná e em 1987 houve a primeira expansão rumo ao interior do Estado e cidades como Foz do Iguaçu e Londrina receberam suas primeiras Varas Federais.

Em 2002, a Seção Judiciária de Curitiba inaugurou uma ampla e moderna sede própria, o Foro Federal Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, localizado na Avenida Anita Garibaldi, no bairro Cabral, reunindo grande parte da estrutura administrativa e das Varas Federais. Além dessa sede, conta também com um prédio no centro da Cidade, onde funcionam os Juizados Especiais e a Turma Recursal, e outro no bairro Hauer, onde funciona o arquivo judicial e administrativo e o almoxarifado da instituição.

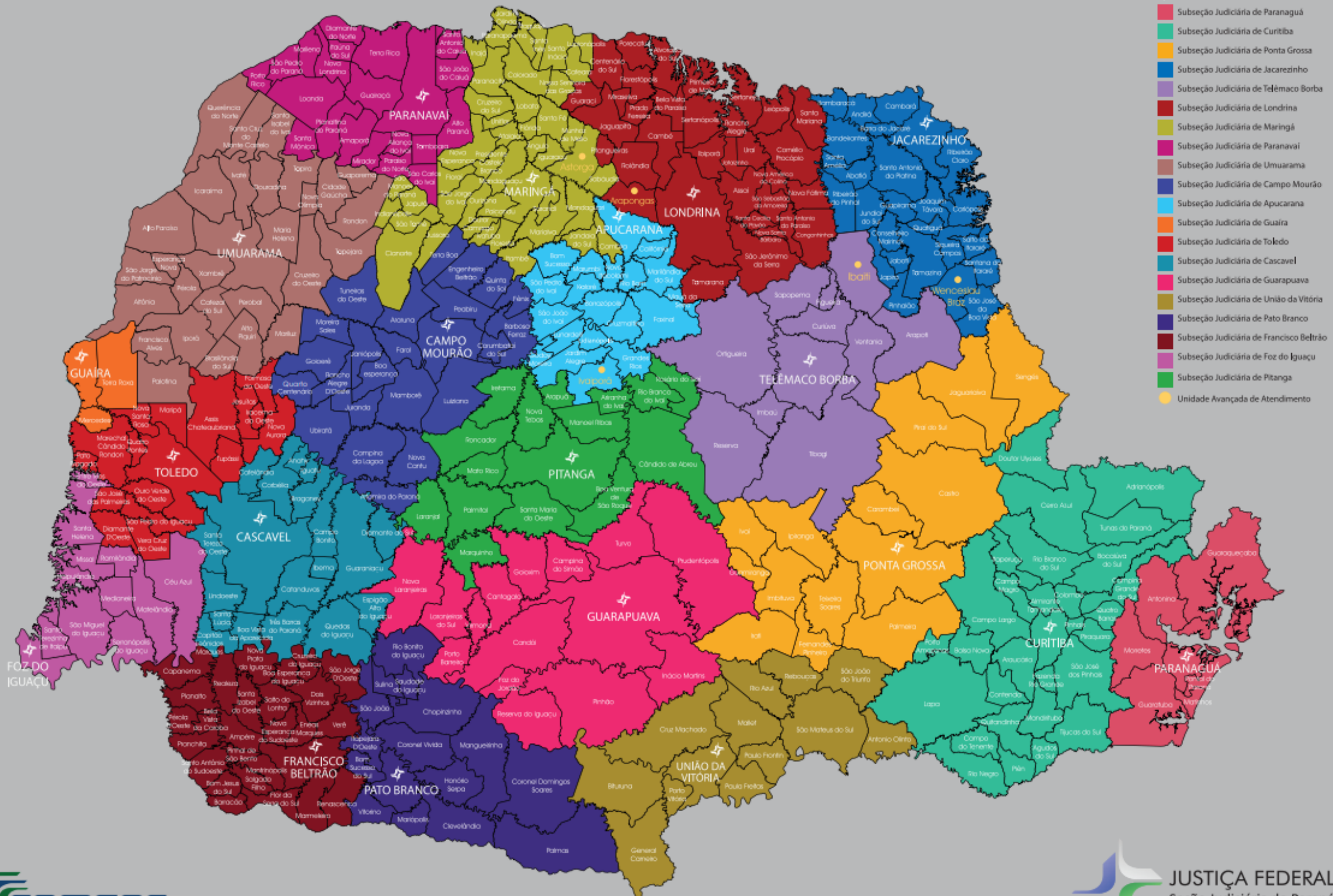
As Seções Judiciárias de cada Estado são vinculadas aos Tribunais Regionais Federais, agrupados em Regiões. A Seção Judiciária do Paraná juntamente com a de Santa Catarina e a do Rio Grande do Sul formam a primeira instância da 4ª Região, vinculadas ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, órgão de Segunda Instância.

Atualmente existem no Paraná 20 Subseções Judiciárias localizadas na capital e em cidades do interior e litoral do Estado, sendo elas: Curitiba, Apucarana, Campo Mourão, Cascavel, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guaíra, Guarapuava, Jacarezinho, Londrina, Maringá, Paranaguá, Paranavaí, Pato Branco, Pitanga, Ponta Grossa, Telêmaco Borba, Toledo, Umuarama e União da Vitória.

No total, são 70 Varas Federais e quatro Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais. Há ainda Unidades Avançadas de Atendimento nas cidades de Arapongas, Astorga, Ibaiti, Ivaiporã e Wenceslau Braz.



Fonte: Acervo JFPR/Núcleo de Comunicação Social



# JUSTIÇA FEDERAL E O PACTO GLOBAL

Desde 2019, por meio do Ofício 4768286, a JFPR firmou parceria com o Pacto Global da ONU e a Agenda 2030, que representa a maior iniciativa de sustentabilidade empresarial do mundo, com o propósito de Desenvolvimento Sustentável dentro de suas atribuições. Os signatários do Pacto Global assumem a missão de impulsionar ações responsáveis junto ao cumprimento da Agenda 2030 das Nações Unidas, traduzida por meio dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), relacionadas à efetivação dos direitos humanos e promoção do desenvolvimento.

Esse compromisso foi reforçado em 2021, quando da apresentação do primeiro Relatório de Comunicação de Engajamento - COE e, novamente, neste momento, fortalecemos o comprometimento de avançarmos em busca de um judiciário mais sustentável social e ambientalmente.

Sabemos que o impacto de uma instituição no meio ambiente tornou-se parte fundamental de como a sociedade a percebe e avalia o seu desempenho geral e sua capacidade de continuar apresentando um trabalho de excelência. Isto é resultado do reconhecimento cada vez maior da necessidade de assegurar ecossistemas saudáveis, igualdade social e boa governança organizacional.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são uma agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015. Composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030, tendo como objetivo primordial erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta.

Aliada aos 10 princípios designados para alcançarmos um mundo melhor e aos ODS, a JFPR através de sua missão de “garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva”, consolidada por seus valores de “ética, respeito à cidadania e ao ser humano, responsabilidade ambiental, transparência, qualidade e inovação”, firma esse compromisso com toda a sociedade, alcançando uma justiça efetiva, transparente e sustentável.



# AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ

7

O Relatório de Comunicação de Engajamento (COE) tem por finalidade oportunizar a demonstração de boas práticas de sustentabilidade em apoio à iniciativa global por participantes não empresariais. O primeiro Relatório de Comunicação de Engajamento (COE) da Justiça Federal - Seção Judiciária do Paraná foi entregue em 18/11/2021, sendo obrigatória sua apresentação a cada dois anos.

Assim, apresentamos a seguir algumas ações realizadas pela Justiça Federal - Seção Judiciária do Paraná no biênio de 11/2021 à 11/2023, as quais demonstram nosso compromisso em apoiar o Pacto Global.

## Oficina de Compostagem

Realização da Oficina de Compostagem, ministrada pela professora Iracema Bernardes, Gestora Ambiental e Embaixadora Lixo Zero Paraná. A palestra tratou de informações teóricas e práticas sobre compostagem residencial, seleção adequada de materiais, processo e manutenção. Contou com a participação de 19 servidores da sede da Subseção Judiciária de Curitiba.



## Centro de Justiça Restaurativa da SJPR - CEJURE/PR

Inauguração das instalações físicas do Centro de Justiça Restaurativa da SJPR - CEJURE/PR, em 27/10/2022. O CEJURE trabalha, desde julho/2021, com práticas restaurativas dentro do seu tripé de atuação: gestão de pessoas, processos administrativos e processos judiciais. Conhecida como uma técnica de solução de conflitos que busca a prevenção e a solução do embate, baseando-se no reconhecimento de responsabilidades e reparação de danos, sempre envolvendo a participação de todos os envolvidos.

O CEJURE/PR possui o Projeto Círculos de Conversa que tem como propósito construir e fortalecer equipes engajadas e saudáveis, prevenir conflitos no âmbito interno e estabelecer espaços dialógicos, horizontais, cooperativos e inclusivos. Por meio da metodologia dos Círculos de Construção da Paz, desenvolvida por Kay Pranis, o Projeto do CEJURE/PR oferece às unidades administrativas e judiciárias um momento de contação de histórias que busca trazer o melhor das pessoas, conduz ao reaprendizado da convivência e do compartilhamento de pensamentos e ensina a refletir sobre as diferenças. Os Círculos de Construção da Paz são uma forma de estabelecer uma conexão profunda entre todos os participantes e promover, assim, a melhora qualitativa das relações interpessoais.



## Convênio

Assinatura de Convênio entre a JFPR e a Secretaria de Estado da Segurança Pública para a instalação de Posto de Atendimento totalmente informatizado na JFPR, visando à prestação de serviços públicos de identificação civil com posterior expedição de carteiras de identidade aos magistrados, servidores, estagiários, funcionários terceirizados e respectivos familiares.





## Programa Justiça Inclusiva - JINC

A Justiça Federal do Paraná implantou o Programa Justiça Inclusiva (JINC) na cidade de Curitiba. O objetivo é ajudar dependentes químicos com direito a receber o benefício auxílio-doença do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a participarem de tratamento por tempo diferenciado. A ideia é ajudar na reinclusão social de pessoas que sofrem com a doença.

O Programa Justiça Inclusiva é uma iniciativa da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, para qualificar o resultado de processos de concessão de benefício previdenciário por incapacidade, especialmente no caso de dependentes químicos.

Foi desenvolvida, pelo Laboratório de Inovação e Criatividade da JFPR, uma cartilha visual, em linguagem simples e *visual law*, com apresentação das linhas gerais, remissões e conceitos da Justiça Restaurativa na Justiça Federal da 4ª Região.



## Oficinas colaborativas do Laboratório de Inovação e Criatividade da JFPR - LINC

- Oficina para criação das declarações de propósito, visão e valores da comissão do plano de logística sustentável da SJPR, com o objetivo principal de *“avançar nas ações de sustentabilidade nos eixos ambiental, social e econômico, no âmbito da JFPR”* e com a visão de futuro de fazer com que a Justiça Federal do Paraná seja *“reconhecida como instituição pública de referência quanto à sustentabilidade, inovação social e governança”*.

- Oficina para simplificação do manual de acessibilidade das edificações do CJF e Justiça Federal de 1ª e 2ª instância. A demanda inicial foi a conversão da Resolução 560/2019, que dispõe sobre a instituição do Manual de Acessibilidade para as edificações do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, em documento de fácil visualização e entendimento por qualquer pessoa, através do *visual law*.



## Campanhas

Todos os anos, a Justiça Federal do Paraná muda a iluminação da fachada de sua sede, em Curitiba, em adesão à campanhas em prol da saúde da população. Em agosto, o prédio ganhou iluminação azul e vermelho em adesão à campanha de cuidado à saúde vascular. No mês de setembro em adesão à Campanha Setembro Amarelo de Prevenção ao Suicídio. Em outubro, o prédio ganha tons de rosa para Outubro Rosa, um alerta para a conscientização da prevenção do câncer de mama. Azul em novembro para as campanhas do combate ao câncer de próstata e da prevenção ao diabetes.

As campanhas buscam reforçar a importância da prevenção e do diagnóstico precoce e incentivar homens e mulheres a prestarem atenção à própria saúde, promovendo hábitos que auxiliam na prevenção de doenças.



## Palestras

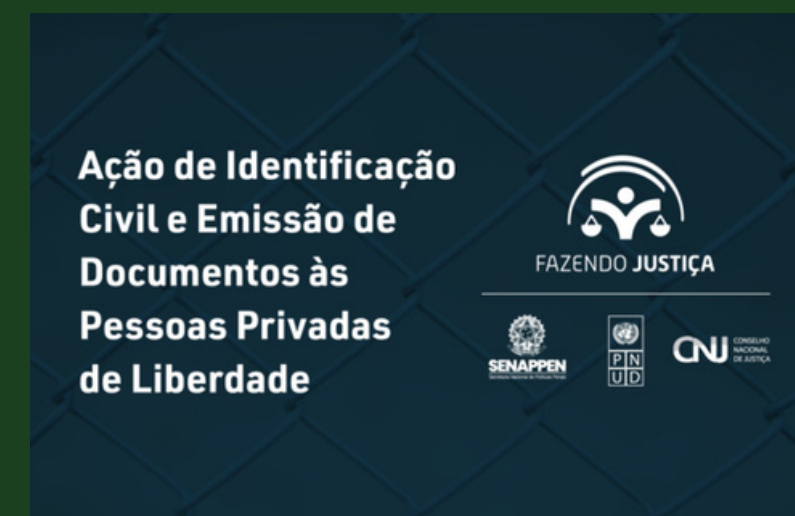
A Seção Judiciária do Paraná realizou, no dia 07/06, o curso "Comunicação Empática e Comunicação Não Violenta", na modalidade presencial, para servidores das unidades administrativas da SJPR. O encontro abordou temas como a importância do exercício da escuta ativa e empática. Elementos que envolvem a comunicação como palavras, sons, linguagem corporal, bem como conceitos de comunicação não violenta e como aplicar esse tipo de comunicação em nosso dia a dia profissional foram abordados.

A palestrante destacou que a utilização da Comunicação Não Violenta no ambiente de trabalho tem o condão de torná-los mais humanizados e felizes.

## Participação em projetos externos

- A JFPR participou da 1ª Semana Nacional do Registro Civil - Registre-se!, que aconteceu entre os dias 8 e 12 de maio/23, na Praça da Solidariedade, no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), em Curitiba. A ação foi organizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), por meio da Corregedoria Nacional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O objetivo foi fornecer documentação civil básica gratuita aos cidadãos socialmente vulneráveis. Reuniu diversos órgãos e programas de assistência social disponíveis para atender à população vulnerável, tais como: a população em situação de rua, os povos originários, a população ribeirinha, os refugiados, a população em cumprimento de medidas de segurança, situação manicomial, carcerária e egressos do cárcere, possibilitando acesso aos documentos indispensáveis ao pleno exercício da cidadania.

- A JFPR participou, em maio de 2023, do lançamento oficial da Ação Nacional de Identificação Civil e Emissão de Documentos às Pessoas Privadas de Liberdade no Paraná. A iniciativa tem como o objetivo facilitar o acesso a políticas de cidadania - saúde, educação e trabalho - para pessoas que tiveram contato com o sistema prisional e criar uma estrutura ampla e permanente para assegurar a documentação civil. O Estado do Paraná foi o 24º estado do país alcançado pela iniciativa que compõe um dos eixos estruturantes do programa Fazendo Justiça, realizado em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e apoio do Departamento Penitenciário Nacional.



- Em agosto de 2023, a JFPR participou da Ação Itinerante para a Promoção dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua, que reuniu mais de 20 instituições públicas e privadas e organizações da sociedade civil que ofereceram serviços de justiça, assistência social, saúde, registros civis e trabalho, entregando o que é de direito a quem mais precisa.



## Prêmios

A Seção Judiciária do Paraná ganhou o Selo Honor Company\_PUC Carreiras 2021, conferido a empregadores que recebem estudantes da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (c). O título é concedido anualmente como forma de agradecimento àqueles que abrem as portas aos estudantes da universidade e contribuem para a formação profissional por meio do estágio.

Ao todo, foram 70 estudantes da PUCPR que estagiaram na Justiça Federal do Paraná ao longo do ano passado. Além de Curitiba, a universidade tem campi em Londrina, Toledo e Maringá. Por isso, a Justiça Federal do Paraná ficou entre os TOP10 empregadores do ano de 2021 e recebeu um banner destaque no portal de carreiras e nas redes sociais da PUC/PR.

## Obras

Em respeito às normas de acessibilidade e mobilidade, a Subseção Judiciária de Maringá inaugurou a nova implantação de pisos táteis na entrada e no interior da sede, oferecendo sinalização adequada para deficientes visuais. A instalação dos pisos táteis direcionais e de alerta, regulamentado pela ABNT NBR 9050, possibilita um deslocamento seguro e autônomo para pessoas com deficiência visual.



A ação foi desenvolvida com o intuito de melhorar a acessibilidade na Subseção, em atendimento a Resolução CNJ nº 401/2021, que visa o "O desenvolvimento de diretrizes voltadas à acessibilidade e à inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário."



## Publicações

- Em setembro de 2023 foi publicada a 1ª edição do Boletim da Sustentabilidade Sustentaí, que tem por objetivo transmitir conhecimento para o público interno e externo sobre o tema sustentabilidade em suas diversas ramificações. Será um informativo com notícias sobre as ações da JFPR em relação às suas práticas sustentáveis e informações diversas sobre o assunto.

O projeto também visa estimular a participação de todos, de modo que seja um espaço colaborativo para a troca de informações e boas práticas sustentáveis.



- Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero 2021 é o resultado de um trabalho realizado com a participação de todos os segmentos da Justiça – estadual, federal, trabalhista, militar e eleitoral, sob a coordenação do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Este protocolo é fruto do amadurecimento institucional do Poder Judiciário, que passa a reconhecer a influência que as desigualdades históricas, sociais, culturais e políticas a que estão submetidas as mulheres ao longo da história exercem na produção e aplicação do direito e, a partir disso, identifica a necessidade de criar uma cultura jurídica emancipatória e de reconhecimento de direitos de todas as mulheres e meninas.



- Resultado de uma parceria entre os Núcleos de Inovação das Seções Judiciárias do Paraná e de Minas Gerais, a Justiça Federal lançou o glossário - Cartilha Visual de Termos Usados na Justiça Federal.

A cartilha vai funcionar como um guia para tirar dúvidas sobre o trabalho dos Juizados Especiais Federais e é fruto de acordo de cooperação técnica entre o Laboratório de Inovação e Criatividade (LINC-JFPR) e o Laboratório de Inovação (Iluminas-JFMG).

## Publicações

- A JFPR, por meio da Seção de Memória Institucional da Divisão de Documentação e Memória, publicou internamente e no portal da internet diversos periódicos sobre diversos temas e datas comemorativas. As publicações trazem informações sobre o histórico, legislações, curiosidades, indicações de livros, documentários e filmes, bem como entrevistas e depoimentos de magistrados e servidores:

- \* Hoje é Dia D..., edição nº 28, 20 de novembro Dia Nacional da Consciência Negra
- \* Hoje é Dia D..., edição nº 30, 10 de dezembro Dia Internacional dos Direitos dos Animais
- \* Hoje é Dia D..., edição nº 33, 8 de março Dia Internacional da Mulher
- \* Hoje é Dia D..., edição nº 34, 22 de março Dia Mundial da Água
- \* Hoje é Dia D..., edição nº 35, 19 de abril Dia do Índio
- \* Hoje é Dia D..., edição nº 36, 23 de abril Dia Mundial do Livro e dos Direitos Autorais
- \* Hoje é Dia D..., edição nº 38, 25 de julho Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra
- \* Hoje é Dia D..., edição nº 41, 28 de agosto Dia Nacional do Voluntariado
- \* Hoje é Dia D..., edição nº 42, 5 de setembro Dia da Amazônia



- Entrevista publicada no portal de notícias da Justiça Federal da 4ª Região apresenta informações sobre o tema Direito Animal, levando esclarecimentos úteis para a população, tais como: direitos fundamentais dos animais, proteção, crimes e penas. Apresenta a definição de direito animal como "o conjunto de regras e princípios que estabelece os direitos dos animais não-humanos, considerados em si mesmos, independentemente da sua função ecológica, econômica ou científica."

## Plano de Logística Sustentável - PLS

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu em seu art. 225 o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo.

O Conselho Nacional de Justiça vem desenvolvendo nos últimos anos ações para a promoção de responsabilidade social e ambiental no âmbito do Poder Judiciário, tendo como marco principal a edição da Resolução CNJ nº 201/2015, que criou as unidades socioambientais e implantou o Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ).

Essa resolução foi substituída pela Resolução CNJ 400/2021, que instituiu a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, considerando a Agenda 2030, que contempla os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), e a Portaria CNJ 133/2018, que instituiu o Comitê Interinstitucional destinado a proceder estudos e apresentar propostas de integração das metas do Poder Judiciário com os ODS.



Essas resoluções trouxeram a preocupação socioambiental para a atividade meio do Poder Judiciário. Todas as compras, contratações, estinações de resíduos têm de ser ambientalmente adequadas e socialmente justas.

A Estratégia Nacional do Poder Judiciário (2021-2026) tem a promoção da sustentabilidade como um dos seus macrodesafios. A adoção dos valores social, econômico e ambiental, os quais compõem o tripé da sustentabilidade e responsabilidade social garantem uma instituição ambientalmente responsável, economicamente viável e socialmente justa.

Os Mapas Estratégicos tanto do Conselho Nacional de Justiça quanto do Conselho da Justiça Federal estão alinhados à Agenda 2030 e possuem a indicação dos ODS correspondentes a cada macrodesafio.



Nesse contexto, conforme a Resolução 400/2021, “o PLS é instrumento que se alinha à Estratégia Nacional do Judiciário, e aos Planos Estratégicos dos órgãos, com objetivos e responsabilidades definidos, indicadores, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, que permite estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade, que objetivem uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica do órgão.”

A Justiça Federal – Seção Judiciária do Paraná tem o seu Planejamento Estratégico alinhado ao CNJ e ao CJF, sendo a responsabilidade ambiental um de seus valores. O PLS na Seção Judiciária do Paraná, amparado pela Resolução 400/2021 do CNJ e pela Resolução 81/2015 do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, é realizado pela Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável, com apoio da Seção de Planejamento, Gestão e Sustentabilidade e coordenação da Direção do Foro da Seção Judiciária do Paraná.

O Plano tem por objetivo oportunizar a documentação de práticas já adotadas, o desenvolvimento de novos projetos com vistas a ampliar sua contribuição às futuras gerações, a institucionalização da cultura da sustentabilidade e a avaliação periódica dos resultados alcançados.

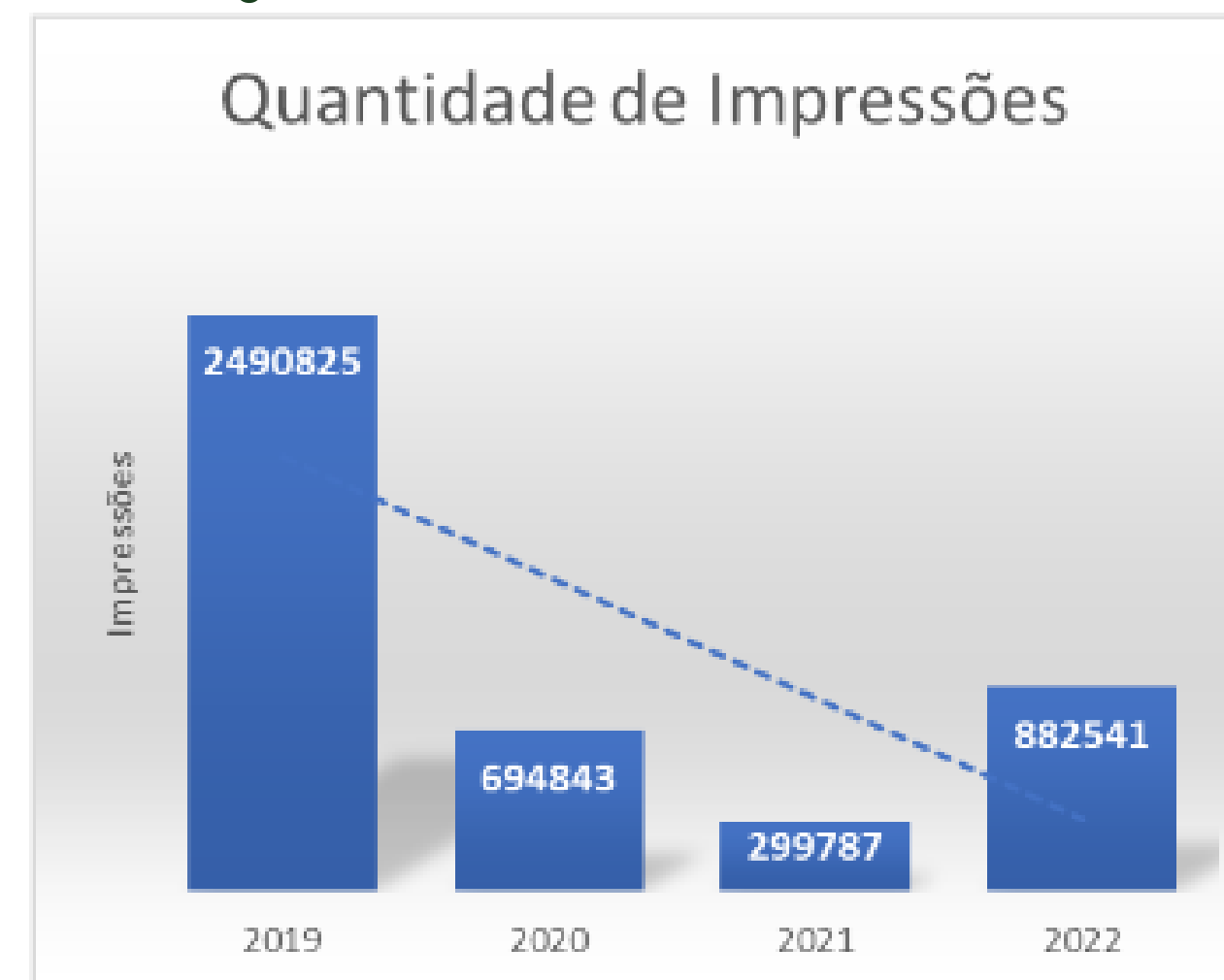
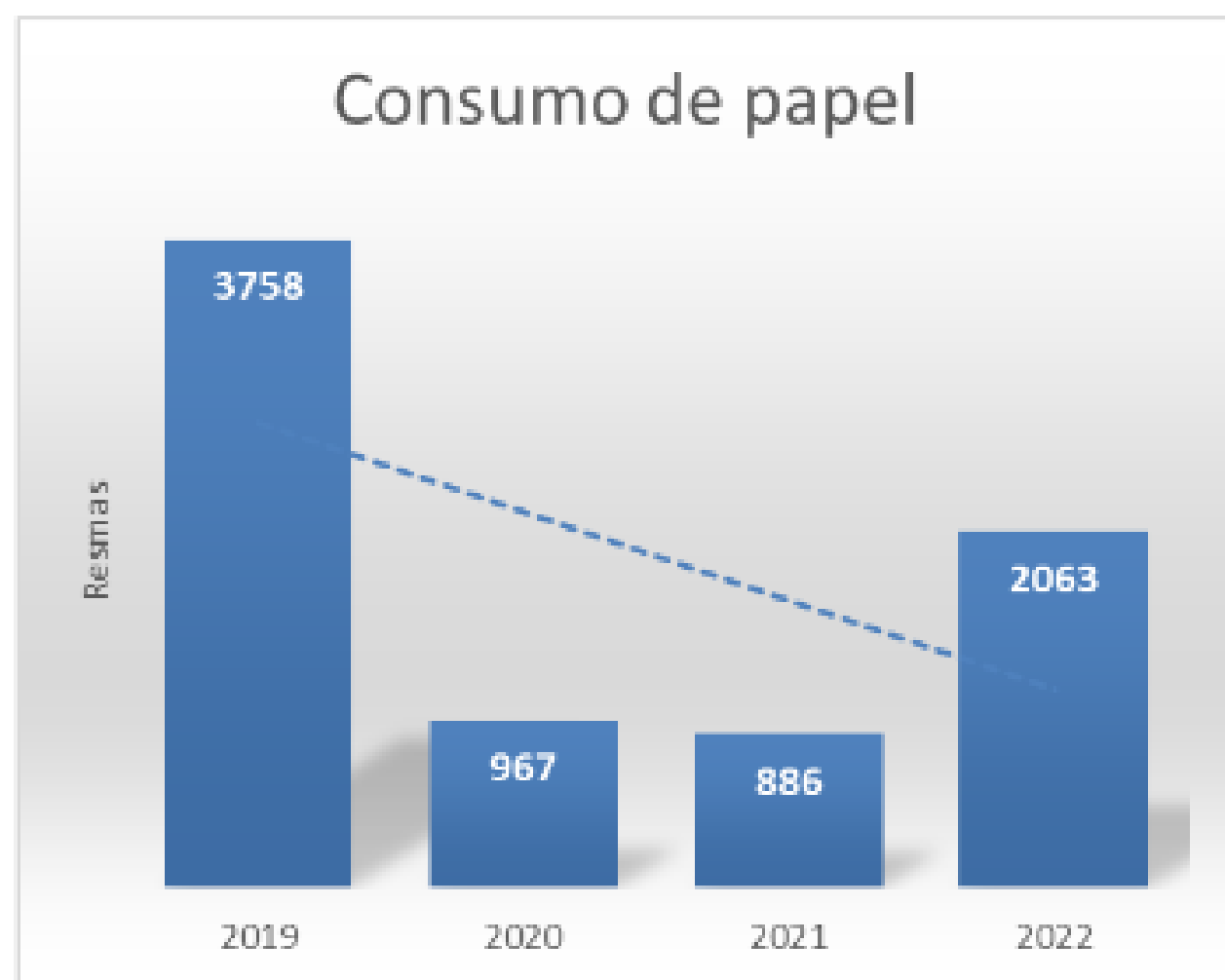
A Comissão Gestora do PLS é dividida em seis grupos executores:

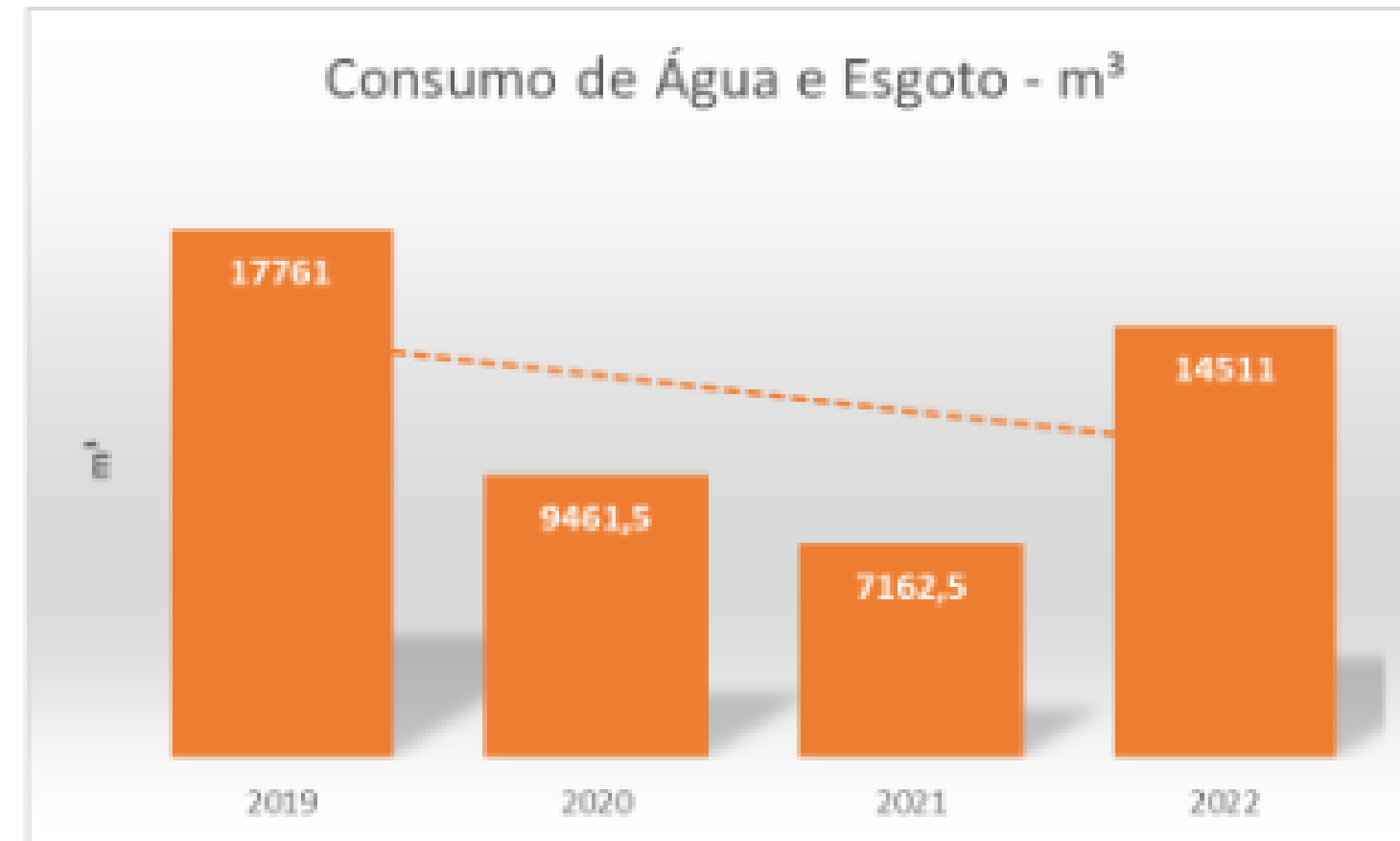
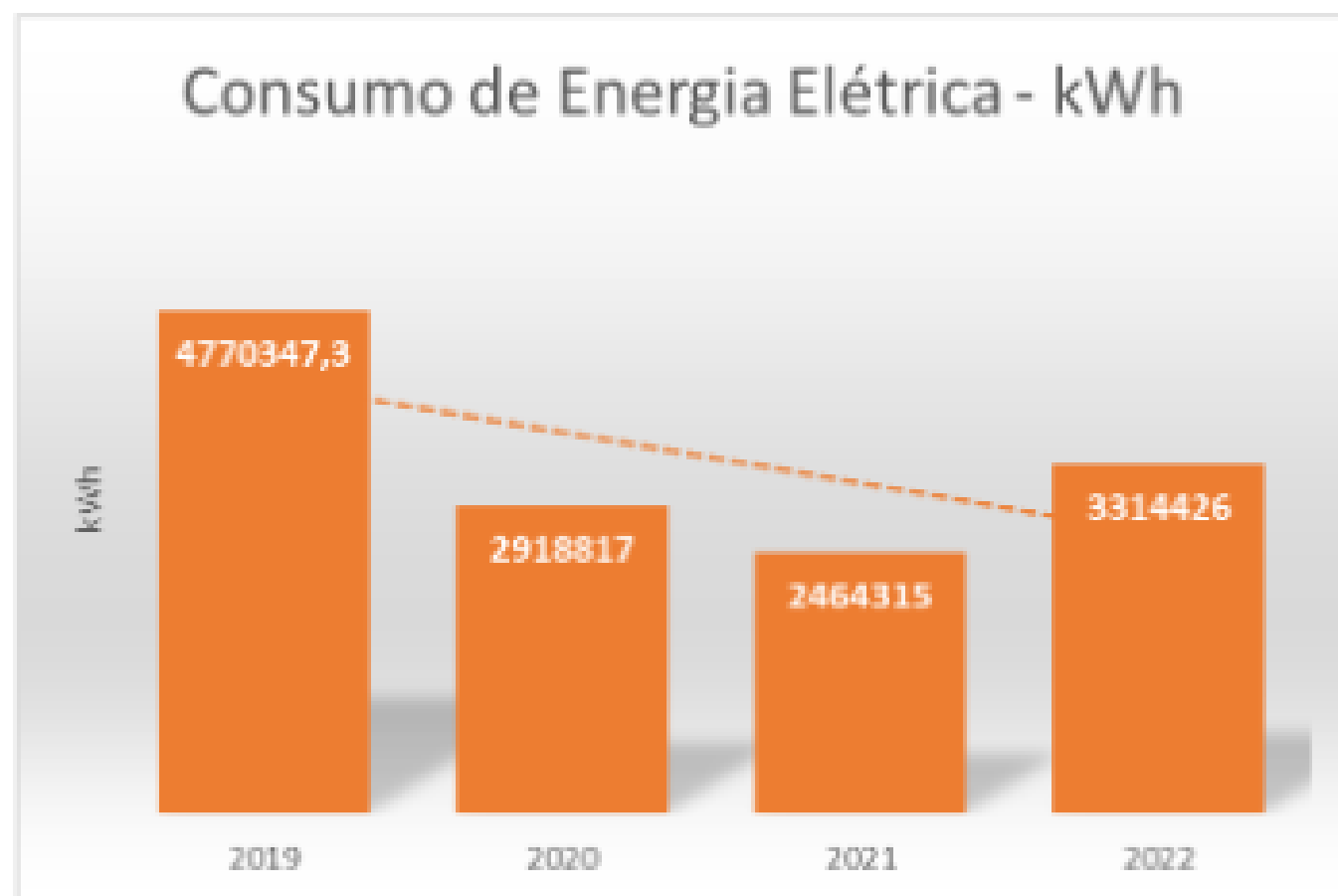
- Compras e Contratações Sustentáveis
- Racionalização e consumo conscientes
- Qualidade de vida no trabalho
- Capacitação socioambiental
- Eliminação sustentável e gestão de resíduos



A JFPR tem trabalhado de forma contínua para reduzir o impacto negativo que suas atividades institucionais podem causar ao meio ambiente e à sociedade. Dentre as iniciativas de minimização de impactos ambientais estão: sistemas de reaproveitamento de águas pluviais, substituição de copos descartáveis por canecas, utilização de lâmpadas de LED e adoção do processo eletrônico tanto judicial quanto administrativo. Ainda, a destinação de resíduos recicláveis por meio de acordo com cooperativa de catadores de materiais recicláveis garante a correta destinação de resíduos para reciclagem e contribui para a equidade social ao passo que garante renda a famílias muitas vezes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Seguem os dados estatísticos dos indicadores do Plano de Logística Sustentável PLS do período de 2019 a 2022, demonstrando que o teletrabalho obrigatório e o retorno ao trabalho presencial trouxeram impactos aos gastos e consumos:





É importante salientar que os resultados obtidos estão diretamente ligados ao momento de pandemia causada pelo Coronavírus que passamos. O teletrabalho obrigatório com o fechamento dos prédios da JFPR e a interrupção do atendimento presencial ao público tiveram como efeito a redução dos consumos internos, no período de 2020 e 2021, como, por exemplo, água e esgoto, energia elétrica, garrafas de água mineral e copos descartáveis e aumento de gastos como telefonia fixa e móvel.

Esses dados demonstram o impacto da ação humana no meio ambiente e nos convidam a analisar o que pode ser feito para reduzi-lo por meio da mudança dos nossos hábitos de consumo, seja em ambiente de trabalho ou em casa. A conscientização e sensibilização de todos é a chave para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.



**JUSTIÇA FEDERAL**  
Seção Judiciária do Paraná



**Pacto Global**  
Rede Brasil

**Relatório produzido pela**  
**Seção de Planejamento, Gestão da Sustentabilidade**  
**Direção do Foro da Seção Judiciária do Paraná**

